A prestação de Contas deverá ser até o 5º (quinto) dia útil após o período de aplicação

A concessão do suprimento de fundos e /ou unidades fazendárias será autorizada somente após a prestação de contas suprimento de fundos anterior Anídio Moutinho da Conceição

Diretor de Administração em Exercício

Protocolo: 1053066

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretária-geral do TARF da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr.ª Ana Kátia Nascimento da Paz Sarmento, torna pública a data de julgamento dos recursos abaixo, que ocorrerá por meio de Sessão de Modo Híbrido, Presencial e ON-LINE, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20590, AINF/PROCESSO nº 032022510000150-3/272023730000468-2, contribuinte MARFRIOS – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., Insc. Estadual n.º. 15.510.822-0;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20616, AINF nº 032022510000150-3, contribuinte ITACAIÚNAS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, Insc. Estadual n.º. 15.242.539-0;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20618, AINF nº 012022510000515-3, contribuinte PA TRADING CONSULTORIA E COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, Insc. Estadual n.º. 15.284.649-2;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21192, AINF nº 372023510000438-3, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21194, AINF nº 372023510000440-5, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21190, AINF nº 372023510000437-5, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21188, AINF nº 372023510000426-0, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21186, AINF nº 372023510000425-1, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21184, AINF nº 372023510000424-3, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21174, AINF nº 372023510000430-8, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21172, AINF nº 372023510000429-4, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21170, AINF nº 372023510000422-7, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21168, AINF nº 372023510000419-7, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21162, AINF nº 372023510000427-8, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21164, AINF nº 372023510000428-6, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227;

Em 28/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21216, AINF nº 372023510000439-1, contribuinte BRASIL NORTE BEBIDAS S/A, Insc. Estadual n.º. 15.363.499-5, advogado: FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PE-25227.

Protocolo: 1052963

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF ACÓRDÃO

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

ACÓRDÃO N. 9265 – 1ª CPJ – RECURSO N. 20157 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 022019510000194-6). CONSELHEIRA RELATORA: JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA. EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS. CÁLCULO DA MULTA INADEQUADO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AINF. 1. O movimento real tributável do sujeito passivo pode ser apurado pelo Fisco através de levantamento fiscal específico. 2. Deve ser reformada a decisão de primeira instância que conclui pela improcedência do lançamento tributário quando se verifica dos autos, como anexo do AINF, o levantamento específico que demonstra a omissão de saídas de mercadorias. 3. Deve ser revisto o crédito tributário quando constatada a inadequação na indicação da base de cálculo da penalidade, resultando em cobrança de valor maior do que o previsto na legislação pertinente. 4. Deixar de recolher o ICMS decorrente de omissão de saídas de mercadorias, apurada através de levantamento específico, constitui infração à legislação tributária sujeita à aplicação da penalidade prevista em lei. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/02/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 06/03/2024.

ACÓRDÃO N. 9264 – 1ª CPJ – RECURSO N. 20843 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092023510000029-8). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CÉLIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO OU INEXISTENTE. CRÉDITO FISCAL SEM COMPROVAÇÃO. NULIDADE REJEITADA. PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do procedimento fiscal quando se verifica que o lançamento tributário foi realizado de acordo com as disposições previstas na legislação de regência.

2. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do auto de infração, por cerceamento de defesa, quando o AINF está instruído com a prova da infração e com a indicação de todos os elementos essenciais previstos no §1º do art. 12 da Lei Estadual n. 6.182/1998. 3. Compete ao sujeito passivo provar a regularidade da declaração de seus créditos fiscais, para efeitos do regime não cumulativo de ICMS, por meio da guarda e apresentação dos documentos fiscais pertinentes. 4. É indevida a utilização de crédito fiscal, quando o contribuinte não possui nem traz à autoridade competente os documentos que instruíram o crédito exposto na Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF do período. 5. Utilizar crédito indevido, sem instrução comprobatória, sujeita o contribuinte à penalidade disposta na lei. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/03/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 06/03/2024.

ACÓRDÃO N. 9263 – 1ª CPJ – RECURSO N. 20839 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092023510000027-1). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CÉLIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. USO DE CRÉDITO INDEVIDO OU INEXISTENTE. CRÉDITO FISCAL SEM COMPROVAÇÃO. NULIDADE REJEITADA. PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do procedimento fiscal quando se verifica que o lançamento tributário foi realizado de acordo com as disposições previstas na legislação de regência. 2. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do auto de infração, por cerceamento de defesa, quando o AINF está instruído com a prova da infração e com a indicação de todos os elementos essenciais previstos no §1º do art. 12 da Lei Estadual n. 6.182/1998. 3. Compete ao sujeito passivo provar a regularidade da declaração de seus créditos fiscais, para efeitos do regime não cumulativo de ICMS, por meio da guarda e apresentação dos documentos fiscais pertinentes. 4. É indevida a utilização de crédito fiscal, quando o contribuinte não possui nem traz à autoridade competente os documentos que instruíram o crédito exposto na Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF do período. 5. Utilizar crédito indevido, sem instrução comprobatória, sujeita o contribuinte à penalidade disposta na lei. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/03/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 06/03/2024.

ACÓRDÃO N. 9262 – 1ª CPJ – RECURSO N. 20841 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092023510000028-0). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CÉLIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. EMBARÇAÇÃO À FISCALIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser rejeitada a alegação de nulidade do procedimento fiscal quando se verifica que o lançamento tributário foi realizado de acordo com as disposições previstas na legislação de regência. 2. Dificultar a ação fiscalizadora na atividade de auditoria fiscal-contábil, ao não apresentar, no prazo regulamentar, os livros e documentos fiscais solicitados, constitui infringência à legislação tributária sujeita à aplicação das penalidades legais. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/03/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 06/03/2024.

ACÓRDÃO N. 9261 – 1ª CPJ – RECURSO N. 20856 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032006510000416-9). CONSELHEIRA RELATORA: JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA. EMENTA: ICMS. EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL CONTENDO INDICAÇÕES DIFERENTES NAS RESPECTIVAS VIAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AINF. 1. Deve ser mantida a decisão de primeira instância que conclui pela parcial procedência do lançamento tributário, excluindo da exigência valores indevidos. 2. Com o advento da Lei n. 8.877/2019, deve ser reconhecida sua retroatividade benéfica, com base do artigo 106, II, "c", do CTN, uma vez que aquele instituto apresentou uma redução no patamar da multa a ser aplicada e não há coisa julgada no caso específico. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/04/2024. DATA DO ACÓRDÃO: 06/04/2024.

Protocolo: 1052968

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretária-geral do TARF da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr.ª Ana Kátia Nascimento da Paz Sarmento, torna pública a data de julgamento dos recursos abaixo, que ocorrerá por meio de Sessão de Modo Híbrido, Presencial e ON-LINE, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 27/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21239, AINF nº 382023510000844-7, contribuinte VOTORANTIM CIMENTOS S/A, CNPJ n.º. 01.637.895/0184-22, advogado: TIAGO MARTINS ESTÁCIO, OAB/PA-16430;

Em 27/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21237, AINF nº 382023510000804-8, contribuinte VOTORANTIM CIMENTOS S/A, CNPJ n.º. 01.637.895/0184-22, advogado: TIAGO MARTINS ESTÁCIO, OAB/PA-16430;

Em 27/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21235, AINF nº 382023510000763-7, contribuinte VOTORANTIM CIMENTOS S/A, CNPJ n.º. 01.637.895/0184-22, advogado: TIAGO MARTINS ESTÁCIO, OAB/PA-16430;

Em 27/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21233, AINF nº 382023510000736-0, contribuinte VOTORANTIM CIMENTOS S/A, CNPJ n.º. 01.637.895/0184-22, advogado: TIAGO MARTINS ESTÁCIO, OAB/PA-16430;

Em 27/03/2024, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 21223, AINF nº 382023510000765-3, contribuinte VOTORANTIM CIMENTOS S/A, CNPJ n.º. 01.637.895/0184-22, advogado: TIAGO MARTINS ESTÁCIO, OAB/PA-16430;